

FÓRUM TIRADENTES – GRUPO FORMAÇÃO

1. INFORMAÇÃO

NOME do Grupo de Trabalho: **FORMAÇÃO**

COORDENAÇÃO DO GT

Adriana Fresquet

PARTICIPANTES DO GT (ordem alfabética):

Alessandra Meleiro

Edileuza Penha de Souza

Edivan Guajajara

Helder Queiroga

Maria Angélica Santos

Silvana Meireles

Tatiana Costa

2. DIAGNÓSTICO

O governo federal, nos últimos quatro anos, foi responsável por um retrocesso nas políticas públicas que afetou bastante as áreas de educação e cultura, seja pela descontinuidade administrativa, seja pelo subfinanciamento ou pela interdição política de ações nos ministérios. Esse declínio foi agravado pela pandemia, quando espaços educativos e aparelhos culturais ficaram trabalhando remotamente ou foram fechados. O MinC *herda* um cenário resultante do desmonte da política cultural e enfrentará um clima hostil à cultura, com impacto direto nos estados e municípios, pelo alto grau de dependência deles, tanto dos recursos como das políticas federais. No entanto, se beneficia da mobilização e articulação e da disposição do setor para a reconstrução necessária.

A paralisia dos investimentos no audiovisual significou uma drástica redução da produção nacional, que vinha ganhando um escopo mais plural com a diversidade de editais publicados até 2016, enquanto a relação da sociedade com essa produção mudou, especialmente no período pós-pandemia. O consumo audiovisual mudava das salas de cinema para outros ambientes, exigindo adaptações de produção, distribuição-difusão, preservação e formação.

Pesquisas recentes mostram que 82% do tráfego mundial da internet é de vídeos: em 2021, a cada segundo, um milhão de minutos de vídeos eram transmitidos por streaming ou download. Esse novo cenário incide radicalmente na formação.

A **formação em audiovisual** no Brasil abarca um amplo conjunto de atores: universidades, instituições de ensino técnico, ONGs, festivais, sindicatos e associações de classe, órgãos públicos, além de “escolas corporativas” em empresas privadas. Pela natureza digital do audiovisual hoje, é preciso incluir o **audiovisual na formação**, o que significa investir em licenciaturas e cursos de pedagogia incluindo à Educação Básica (em respeito à lei 13006/14), na

formação de Jovens e Adultos e na de público, visando a formação ética, estética e cidadã da sociedade. Por uma parte, é preciso reconhecer a diversidade do Brasil e pensar o cinema na sua pluralidade. A articulação deste campo deve-se dar em sua interseção arte/comunicação para a afirmação de valores democráticos e no combate às desigualdades sócio-históricas. Uma das frentes de ação, nesse sentido, está no compromisso de inclusão de tecnologias assistivas e acessibilidades para garantir o acesso amplo ao cinema nacional. Além disso, a desconstrução das barreiras simbólicas relacionadas, por exemplo, às hierarquias de raça e gênero, entre outras, passa por uma dinâmica de formação audiovisual que compreenda a dimensão política das imagens e sons. Por outra parte, também é preciso fornecer uma educação digital escolar, uma verdadeira inclusão digital da sociedade, devidamente segura e protegida do capitalismo da informação e da vigilância.

A maciça chegada das plataformas de *streaming* ao país e suas produções originais impactam diretamente a **formação profissional**. Segundo pesquisas recentes, o mercado carece de recursos humanos preparados para lidar com o crescente volume de produção e um ambiente de maior complexidade, que envolve os segmentos de XR (Realidade Virtual, Realidade Aumentada, Realidade Mís) e *games*. Para atender às diversas e novas funções demandadas pelo audiovisual, é importante pensar na ampliação das políticas de formação pré e pós-universitária, nas áreas técnica, executiva e criativa, assim como na criação de vasos comunicantes entre as formações superior, técnica e informal – no curto, médio e longo prazos.

Segundo pesquisas realizadas pelo Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (SIAESP) e o Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (FORCINE), existem no Brasil 87 cursos de graduação em cinema e audiovisual, mas os graduados têm pouco conhecimento de mercado, pouca experiência prática e baixo nível de domínio técnico.

Apesar do número dessas graduações ter crescido 300% nas instituições de ensino superior (IES) nos últimos vinte anos – fato impulsionado pelo advento do cinema digital e das políticas do governo federal REUNI E PROUNI – seus projetos pedagógicos não abarcam todas as necessidades do setor produtivo ou as demandas de ocupação dos postos de trabalho (MELEIRO et al, 2017).

Importante ressaltar que esse crescimento nos cursos de graduação foi acompanhado de um aumento da diversidade – territorial, econômica e racial – em salas de aula. No ensino público, os programas federais de ampliação e incremento de acesso, aliados à Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), aumentaram em 205% a quantidade de estudantes negros, indígenas e de baixa renda. Esses aumentos, aliados a políticas públicas afirmativas na área da Cultura, implementadas até 2016, foram responsáveis por uma mudança nas formulações do horizonte de desejo de jovens e firmaram a possibilidade de pertencimento de parte da população historicamente excluída dos meios de produção audiovisual.

Abranger as necessidades de formação em sua totalidade não é vocação das graduações. Os cursos livres e iniciativas pontuais de curta duração apresentam-se como soluções pré e pós-universitária para capacitar profissionais, com maior agilidade do que as IES. De acordo com o Mapeamento das Entidades Representativas do Setor Audiovisual no Brasil, entre as principais atividades realizadas pelas entidades, encontram-se as ações de formação e 57% delas afirmaram realizá-las periodicamente (INICIATIVA CULTURAL, 2022).

É preciso investir também na criação e implementação de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* (Especializações e cursos de Alta Capacitação) e *Stricto Sensu* (Mestrados Profissionais) em áreas consideradas estratégicas para o setor, bem como intensificar a atualização de docentes para o ensino do audiovisual em uma sociedade diversa, o que passa por uma necessária revisão com fins de combater as suas históricas desigualdades. Do lado do mercado, a escassez de mão de obra técnica, principalmente após os avanços tecnológicos, exige ampliação da oferta de cursos técnicos e de unidades ofertantes, por meio da consolidação de programas como o PRONATEC e de maior envolvimento dos Institutos Federais-IFS.

Em síntese, objetivar as demandas de ocupação de postos de trabalho e reafirmar a importância do audiovisual em seu sentido político e simbólico neste momento do país nos obriga enxergar o eixo de formação de forma mais ampla e requer engajamento efetivo das instituições de ensino e dos agentes públicos e privados e a promoção de políticas públicas de descentralização e diversificação na formação profissional e humanística.

Em termos territoriais, historicamente verifica-se a concentração das escolas de audiovisual no Sudeste. Nesta região se concentram 59% dos cursos, (gráfico 1), sendo 37% destes no estado de São Paulo (gráfico 2). Esses números reforçam a necessidade de descentralização do ensino do audiovisual no Brasil.

Distribuição dos cursos pelo país

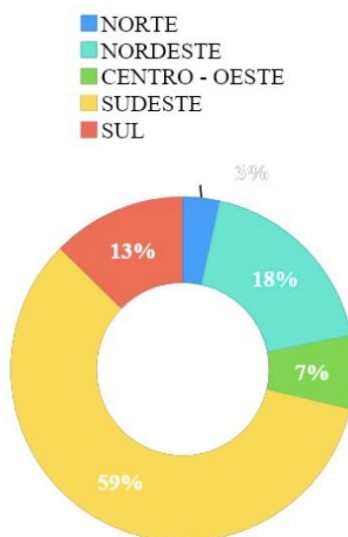


Gráfico 1: Distribuição dos cursos pelas regiões do país. (Fonte: MELEIRO et al, 2017).

Distribuição dos cursos no país

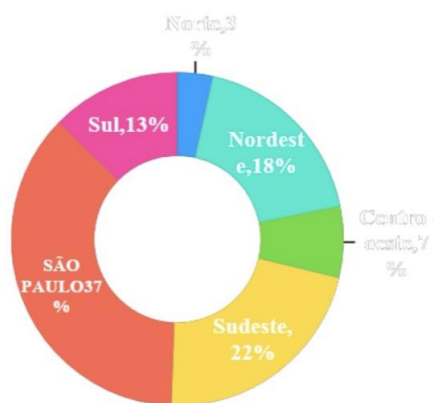


Gráfico 2 – Distribuição dos cursos de Cinema e Audiovisual pelo país, considerando o estado de São Paulo como uma região à parte. (Fonte: MELEIRO et al, 2017).

Um programa de formação no audiovisual também precisa pensar na formação de público e incluir o audiovisual na educação, a partir da idade escolar, como um dos pilares principais para a retomada de políticas públicas e investimentos no audiovisual brasileiro.

É na primeira parte da vida que se estabelecem hábitos e costumes, e, para além da formação de público, o audiovisual possibilita uma maior compreensão da própria cidadania e é fundamental para a criação de uma cultura de paz. Vale destacar que hoje crianças também produzem audiovisual o que torna relevante fornecer critérios éticos e estéticos na educação escolar. Daí a necessidade de uma política pública específica para o audiovisual voltado para essa faixa etária, que contemple a produção de séries, curtas e longas-metragens em todas as regiões do país, para que todas as infâncias sejam representadas nas telas e o imaginário das crianças possa ser inundado pelas nossas histórias.

Em relação à **EDUCAÇÃO BÁSICA**, é preciso destacar a urgência da regulamentação da **lei 13006/14 que obriga a exibição de no mínimo duas horas de cinema nacional por mês como carga curricular complementar** e da **lei 14.533/23 que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED)** visando a inclusão digital, a educação digital escolar, a capacitação e especialização digital e a pesquisa e desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Também é fundamental a garantia da presença da produção audiovisual **indígena e negra** em consonância com os objetivos do Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343 /10) de reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira e em diálogo com as leis **10.639/2003** e **11.647/2008**, que preveem a obrigatoriedade do ensino das culturas indígena, africana e afro-brasileiras.

Para completar o arco da formação no campo audiovisual, se faz necessário também o investimento na formação de gestores. Entre os principais problemas enfrentados pelos estados e municípios, e muito evidentemente durante a execução da Lei Aldir Blanc (LAB) em 2020, está a reduzida qualificação especializada, com repercussão direta na formulação e gestão das políticas culturais. O investimento em cursos nessas áreas, a despeito de priorizado nas três Conferências nacionais, ainda é pouco expressivo. A aprovação da Lei Paulo Gustavo (LPG), com investimento de R\$ 3,2 bilhões de reais, sendo 2/3 destinados ao audiovisual, o torna urgente. Dados do relatório parcial da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo (março/2021) comprovam as dificuldades na execução da LAB dos pequenos municípios, que constituem a maioria (68,3% têm até 20 mil habitantes). Caso perdure o cenário atual, com escassez de gestores qualificados para a área, é provável que se mantenham certos obstáculos à execução e a interiorização das políticas culturais no país, com efeito direto sobre o audiovisual.

3. RECOMENDAÇÕES SETORIAIS para todos os entes federados

Dentro das recomendações setoriais recomendamos enfaticamente um conjunto de **prioridades transversais**, a seguir:

- Fortalecimento de políticas para instituições públicas de ensino.
- Inclusão sócio-produtiva de jovens de baixa renda.
- Promoção da equidade de gênero e étnico-racial nos processos formativos para todos os elos da cadeia produtiva e em cursos em todos os níveis, garantindo a presença e a permanência de sujeitos diversos em equipes de trabalho e corpos docentes, e discentes.
- Atenção a especificidades regionais e variações territoriais, incentivando os desdobramentos das diretrizes de políticas públicas nacionais a partir da autonomia dos entes federativos

Âmbitos

- Letramento audiovisual, considerando as obras e as habilidades de produção como possibilidades de expressão, compreensão e criação do mundo.
- Formação profissional para a docência, a pesquisa e a diferentes modelos produtivos do ecossistema audiovisual.
- Formação de público incentivando a autonomia do sujeito e das iniciativas na elaboração da programação e articulações coletivas.
- Acessibilidades e preservação de todo produto audiovisual.

As recomendações setoriais do grupo Formação são:

- 1) Incentivar instituições como a Secretaria do Audiovisual e a ANCINE para a criação de setores responsáveis pela Educação Audiovisual/Cinema-Educação em diálogo com instituições de ensino formal (programas de pós-graduação, laboratórios, cursos de graduação, escolas (educação infantil, ensino fundamental, médio, ensino técnico, EJA) e não formal (cursos livres, ações cineclubistas, etc.) voltadas especificamente para estas áreas.
- 2) Reestruturação das matrizes curriculares dos cursos superiores de formação em cinema e audiovisual, que ainda precisam se comprometer com a preservação dos arquivos analógicos e também dos digitais e já se deparam com a urgência de atualizar seu currículo para que dialogue com a produção e a criação digitais de última geração, quer se trate dos *players* tradicionais, quer de realidade expandida, *games*, inteligência artificial e outros domínios contemporâneos e futuros, entre outras questões centrais na produção audiovisual hoje.
- 3) Disseminar uma cultura de produção e utilização de dados.
 - Produção e divulgação de dados confiáveis e significativos sobre o setor audiovisual para facilitar a tomada de decisão e o planejamento de ações/ políticas: sistema de dados que considere aspectos “glocais” necessários para a consolidação do desenvolvimento do audiovisual brasileiro (Observatórios de Audiovisual regionalizados).
 - Passagem de dados para informações acionáveis - Necessidade de revisão da linguagem de apresentação de dados, ampliando o acesso às informações.
 - Importância da união de esforços entre diferentes instituições de ensino e pesquisa, na direção do aprimoramento da produção, sistematização e utilização de dados sobre o audiovisual no país. Relevância das parcerias desenvolvidas com centros de conhecimento.
 - Produção de estudos e modelos que trabalhem o real dimensionamento econômico do setor audiovisual. Só a partir de um mapa completo do segmento será possível identificar gargalos, necessidades de investimentos e a realização de projeções de médio e longo prazo.
- 4) Criar um programa nacional de formação de gestores de políticas públicas de cultura, a partir de cursos, nos estados, DF e municípios, visando a execução das Leis LAB2 e LGPD (Articulação com o MinC e os Fóruns Nacionais de Secretários estaduais e municipais de cultura), vinculado ao SNC e articulado com Universidades, escolas de governo (ENAP, FUNDAJ) e instituições de pesquisa.
- 5) Fomentar programas permanentes de qualificação profissional, além de incorporação de contrapartidas de formação (inicial e continuada) em projetos incentivados pelo Ministério da Cultura e ANCINE, observando-se necessidades regionais e variações territoriais.

- Profissionalização da gestão do audiovisual (formação executiva em cursos de curta duração, especializações e MBAs).
- 6) Formação de plateia seja incentivada em espaços formais e não formais de educação (tais como Festivais, Mostras, cineclubes, etc.), visando públicos diversos, de faixas etárias e de forma sistemática.
- 7) Educação Básica:
- Introduzir o audiovisual/mídias digitais na formação docente e discente, isto é, nas licenciaturas existentes e criação de cursos de licenciaturas em cinema e audiovisual, visando alcançar crianças e jovens com uma relação crítica e criativa de obras audiovisuais, assim como a produção audiovisual pautada em critérios estéticos, éticos e políticos.
 - Remobilizar as políticas públicas de apoio ao audiovisual na escola e a Regulamentação da Lei 13006/14 (MEC/MinC), articulada com a Lei 14.533 de 2023 (Educação digital escolar do Plano Nacional de Educação Digital) a ser regulamentada e ainda articulada com as leis 10.639/03 e 11647/08.
 - Criar uma plataforma pública de *streaming* escolar, o Acervo Audiovisual Escolar Livre, definida por curadoria interministerial e com representação da sociedade civil, composta por: 1) obras audiovisuais de domínio público; 2) obras audiovisuais doadas por realizadores, produtores, colecionadores, etc.; 3) obras audiovisuais licenciadas por critérios que atendam o interesse público e a equidade na distribuição dos recursos. Como contrapartida, a plataforma tornará pública a quantidade de visualizações das obras, desenvolvendo critérios de monitoramento, transparência e acesso à base de dados com os hábitos de consumo da audiência. Sugerimos enfaticamente que ANCINE compute estas visualizações por parte do público em suas métricas.
 - Dinamizar a circulação dos acervos contemplados por festivais, para disponibilizá-los na plataforma AAEL, enquanto durar o evento, acionando curadorias audiovisual e pedagógica. Sugerimos que essa curadoria específica possa fazer parte da contrapartida social demandada por editais direcionados à mostras e festivais.
 - Prever, para futuros editais de produção, a exigência de retorno de interesse público, depois de um período de exploração comercial -a ser definido-, liberar o direito de exibição nas escolas de filmes produzidos com recurso público e devidamente licenciados, a partir de critérios de metragem e do prazo de exibição.
 - Incentivar ações de formação, projetos educativos e conservação do patrimônio do cinema nacional, articulando atores de educação, produção e preservação, incluir tecnologias assistivas e acessibilidades.
 - Garantir o acesso gratuito a plataforma AAEL pelas escolas, hospitais, orfanatos, centros socioeducativos, casas de idosos, centros penitenciários, etc. A médio e longo prazos sugerimos acordos bi e multilaterais para incluir filmes latino-americanos e de outros países de língua portuguesa.
- 8) Criar linhas de fomento para a produção audiovisual que atenda conteúdo infanto-juvenil.

- 9) Investir na infraestrutura técnica, estrutural e organizacional em instituições públicas de ensino de audiovisual para proporcionar a formação em atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- 10) Investir na formação em nível técnico, em parceria com ETECs, Sistema S, a partir das demandas de ocupações funcionais mapeadas regional e localmente.
- 11) Fomentar a formação de recursos para as áreas de *games* e XR (Realidade Virtual, Realidade Aumentada e Realidade Mista).
- 12) Promover ações de cooperação nacional e internacional que viabilizem o intercâmbio de tecnologia social entre instituições de ensino e outros espaços¹ comprometidas com a democratização de acesso, produção e formação docente e discente em cinema e audiovisual.
- 13) Democratizar significa dar acesso à diversidade da produção audiovisual do país, garantir essa mesma diversidade no direito à formação audiovisual ou a qualquer formação hoje fortemente atravessada pelo audiovisual, nos diferentes cursos de cinema, licenciaturas e pedagogias, iniciativas de formação não formal e para toda a educação básica, zerando qualquer forma de exclusão.

4. RECOMENDAÇÕES TRANSVERSAIS para todos os entes federados

- 1) Garantir a representação da área de educação no Conselho Nacional de Cinema e nos conselhos estaduais, distrital e municipais de cultura.
- 2) Retomar e ampliar políticas de colaboração institucional transversal para a formação audiovisual no Brasil estabelecendo vínculos de cooperação entre os ministérios a partir dos Ministério da Cultura (MinC) e da Educação (MEC), visando a construção de um ambiente propício mais equitativo para a promoção da Indústria Criativa do Audiovisual.
- 3) Recuperar as discussões dos Planos Nacionais de Educação e de Cultura, para a revisão ou elaboração de documentos curriculares comprometidos ética e esteticamente com a formação docente da Educação Básica no Brasil.
- 4) Incluir na plataforma educativa AAEL, tecnologias assistivas, acessibilidades e sua difusão por satélite, rede e radiodifusão - garantindo a diversidade geográfica, histórica e a memória do país.
- 5) Realizar diagnósticos e pesquisas para produzir e aprofundar conhecimentos sobre as características e demandas do setor audiovisual com a implementação de metodologias que compreendam o necessário combate às desigualdades no país.
- 6) Investir em formação nas áreas de Desenvolvimento de Jogos Eletrônicos e Aplicações de Realidade Estendida (chamados *Kits* de Desenvolvimento), Aparelhos como Óculos de Realidade Virtual, Aumentada e Mista de atual e próxima geração, garantindo acessibilidades e a formação para a produção local de tecnologias (aparelhos, *players*, aplicativos, etc.).
- 7) Promover o reconhecimento e regulamentação das profissões que compõem o mercado do audiovisual, com a inclusão do *game design*/desenvolvimento de *games* e XR, entre outros. Atualizar de forma permanente as categorias profissionais para registro de DRT.

¹ Instituições tais como centros socioeducativos, hospitais, casa de idosos, orfanatos, prisões, etc.

- 8) Estimular a cooperação internacional para ações de coprodução, difusão e formação, bem como a produção local de tecnologias.
- 9) Fomentar Festivais, Mostras e Cineclubes com ações educativas voltadas para ampliação e/ou fortalecimento de público.
- 10) Promover a circulação da produção audiovisual escolar e de outros contextos de formação.

5. FUTURO

O futuro só pode ser ancestral
Ailton Krenak

Ultrapassada a pandemia da COVID19, a política pública necessitará lidar com as enfermidades da sociedade, com as desigualdades acentuadas e com uma economia em crise.

No campo cultural, provavelmente ainda será preciso manter o combate ao ambiente de criminalização da arte, investir na universalização da política pública e enfrentar a histórica falta de recursos. Essas ações poderão se valer da recomendação da UNESCO de incluir a cultura nos planos nacionais porque não haverá recuperação econômica sem cultura (Audrey Azoulay-diretora-geral, 2021).

A importância da arte na vida das pessoas foi evidenciada pela pandemia, com destaque para o audiovisual e a música, como revela uma pesquisa sobre hábitos culturais na *web*. Mesmo com o aumento do consumo on-line pós-pandemia, a produção cultural ainda atinge apenas uma parcela da sociedade. Ampliar essa aproximação parece-nos ser um dos mais significativos desafios. E nesse cenário, o audiovisual surge como um dos segmentos com as melhores condições e de maior capacidade para liderar esse movimento. Nesse contexto, a formação ocupa lugar de destaque, seja quando se trata do universo dos trabalhadores e trabalhadoras do setor, seja quando pensamos no público das salas de cinema, ou aquele que acessa as redes sociais, ou os assinantes de plataformas digitais.

Nesse sentido, no ensino superior, urge a revisão das Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos da área de Cinema e Audiovisual (a última data de 2006/ Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação), visto que, atualmente, dos quatro eixos das Diretrizes (“Realização e Produção”, “Teoria, Análise, História e Crítica”, “Linguagens” e “Economia e Política”), os cursos superiores enfatizam “Realização e Produção”, em detrimento dos outros eixos. Desta análise curricular infere-se que há um direcionamento pedagógico que parece priorizar as disciplinas de teoria, análise e crítica, enquanto, por outro lado, os temas mais ligados às demandas do mercado de trabalho ainda não têm sido igualmente explorados.

O cinema abre possibilidades para analisar a história da nação e para compreender as críticas de cada época, sensibilizar o intelecto e torná-lo crítico e criativo. Ele contribui para a formação da identidade incluindo todas as comunidades indígenas, quilombolas, pessoas com quaisquer tipos de deficiência.

Para finalizar, voltamos à reflexão de Ailton Krenak: o futuro só pode ser ancestral. Antes da invasão colonizadora das Américas no século XV, ao redor de 60 milhões de pessoas habitavam este enorme continente. Os maias já produziam astronomia, inventavam o número zero, organizavam a drenagem pluvial; os incas se expandiam criando estradas e pontes em um império só comparável em tamanho do império romano, cuidadosamente administrados com dispositivos de contagem... Esses princípios de conhecimento e formas colaborativas e sustentáveis de convívio permitem imaginar continuidades para as nossas culturas locais apagadas pela invasão colonizadora e pela colonialidade. É preciso superar o desenvolvimento monotecnológico em prol de uma tecnodiversidade que em relação com naturezas e culturas, reconfiguram ecologias que ensamblam o humano e no humano em diálogo com o cosmos e a moral, isto é, com os

conhecimentos locais de cada região, de cada comunidade. Urge bifurcar o fragmentar o futuro, o que significa produzir cosmotécnicas, isto é, tecnologias desenvolvidas em contextos locais, particulares, regidas por valores, epistemologias e formas de existência próprias. Elas podem produzir saídas para a atual crise ecológica, política e social do mundo.

O audiovisual, como elemento protagonista no cotidiano, precisa criar fortes raízes com cada região do planeta, diversificando sua produção, distribuição, difusão, preservação e fundamentalmente sua formação, de forma a assegurar a produção local de tecnologias, a privacidade e a soberania digital.

Bibliografia

- AAVV. MÍDIA ÍNDIA. A voz dos povos. Indígenas no cinema brasileiro. S/D.
- OLSBURG SPI. [Estudo sobre Infraestrutura e Capacidade para Produção de Conteúdo Audiovisual na Região Metropolitana de São Paulo](#) – São Paulo: OLSBERG SPI (2021).
- BEIGUELMAN, Giselle. *Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera*. São Paulo: Ubu, 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13006.htm.
- BRASIL, Lei nº 14533/23 de 13 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação (PNE)*. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. *Plano Nacional de Cultura (PNC)*. Lei Federal n.º 12.343, de 2/12. Brasília: MEC, 2010.
- CARTA PROPOSITIVA À EQUIPE DE TRANSIÇÃO PARA AÇÕES DE FORTALECIMENTO, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E INCREMENTO À C&T NO ÂMBITO DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO. ABRAGAMES, XRBR, UFSCAR, UFRJ: São Paulo, 2022.
- FORCINE, Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual. Forcine (texto institucional). Online, 2015. Disponível em <http://www.forcine.org.br/site/forum/sobre/>. Acesso em 07/01/2023.
- HUI, Yuk. *Tecnodiversidade*. São Paulo: UBU, 2020.
- INICIATIVA CULTURAL. *Mapeamento das Entidades Representativas do Setor Audiovisual no Brasil. Iniciativa Cultural*: São Paulo, 2022.
- FRESQUET, Adriana Mabel (org.). *Cinema e educação: a lei 13006. Reflexões, perspectivas e propostas*. Ouro Preto: Universo, 2015.
- FRESQUET, Adriana Mabel et al. *Proposta do Grupo de Trabalho Cinema Escola sobre Formação Docente*. In: D'ANGELO, Fernanda Hallak; D'ANGELO, Raquel Hallak. CINEOP: 11ª Mostra de Cinema de Ouro Preto – Cinema Patrimônio. 1ª edição. Belo Horizonte: Universo Produção, 2016, p. 179-189.
- MEC, Ministério da Educação. *Resolução número 10 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Cinema e Audiovisual*. Brasil, 2006. Disponível em: <http://forcine.org.br/site/wp-content/uploads/2012/06/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- MELEIRO, Alessandra; Ribeiro, Danielle C. L.; Rosa, Guilherme Carvalho; Silva, Luciana Rodrigues. “Mercado Audiovisual e Formação Profissional: o Perfil dos Cursos Superiores em Cinema e Audiovisual no Brasil”. *Cadernos FORCINE* (Vol. III), publicação do Fórum Brasileiro de

Ensino de Cinema e Audiovisual (FORCINE). ISSN 2448-1521. São Paulo, Setembro/2017. Págs. 76-112. <http://forcine.org.br/site/publicacoes/>

MELEIRO, Alessandra. "Relato do I Seminário Paulista de Ensino e Mercado de Trabalho em Audiovisual". *Cadernos Forcine – Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (Vol. II)*. FORCINE: Rio de Janeiro, 2015. ISSN 24481521.

MERLIN, Nora. *Mentir y colonizar: obediencia inconsciente y subjetividad neoliberal*. Buenos Aires: Letra Viva, 2019.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2021.

VIVEROS DE CASTRO, Eduardo; HUI, Yuk. For a Strategic Primitivism. A Dialogue between Eduardo Viveiros de Castro and Yuk Hui. *Philosophy today. Online First*. April 20, 2021. (<https://doi.org/10.5840/philtoday2021412394>)

VIVEROS DE CASTRO, Eduardo. Posfácio a ideias para adiar o fim do Mundo, de Aliton Krenak. Em: Vários Autores, coordenado por Peter Pál Pelbart, Ricardo Muniz Fernandes. (...) *Pandemia Crítica inverno 2020*. São Paulo: n-1edições, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.